



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 89ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 21 de dezembro de 2015, com início às nove horas e quarenta e um minutos, sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **JORGE MENEGATTI** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Pedro Martendal, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Rui Capelão e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa.

PEQUENO EXPEDIENTE – Ofício nº 195/2015/RQ/CMC do gabinete do Vereador Romulo Quintino, justificando ausência na presente sessão. Moção nº 20/2015. Projeto de lei nº 158/2015. Parecer nº 256 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2015. Parecer nº 112 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 154/2015. Parecer nº 255 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 154/2015. Parecer nº 22 favorável da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de lei nº 155/2015. Parecer nº 251 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 155/2015. Parecer nº 106 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 149/2015. Parecer nº 257 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 149/2015. Parecer nº 114 favorável da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei complementar nº 4/2015. Parecer nº 59 favorável da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 149/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 401/2015, em resposta ao requerimento nº 524/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 404/2015, em resposta ao requerimento nº 534/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 408/2015, em resposta ao requerimento nº 554/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 407/2015, em resposta ao requerimento nº 521/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 403/2015, em resposta ao requerimento nº 538/2015 do vereador Professor Paulino. Ofício SEAJUR/ATL nº 405/2015, em resposta ao requerimento nº 546/2015 do vereador Pedro Martendal. Ofício SEAJUR/ATL nº 406/2015, em resposta ao requerimento nº 540/2015 do vereador Jaime Vasatta. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Nei H. Haveroth e Professor Paulino. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Antes de iniciar a Ordem do Dia, gostaria de convidar Vossas Excelências para hoje, às 15:00 horas, estaremos entregando ao prefeito municipal na sala de Artes, da Prefeitura, o cheque simbólico da devolução e da economia feita por este Legislativo ao longo deste exercício. Passamos pra ordem do dia. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 154/2015, que dispõe sobre a taxa de proteção a desastres do município de Cascavel e dá outras



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

providências, de autoria do Executivo Municipal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Como é triste uma classe dessas, tão respeitada no passado vir aqui mendigar uns trocos ao município de Cascavel. Esses governos que aumentaram a luz, IPVA 40% e deixam auxílio moradia pra juiz, promotor e pra os bombeiros o pincel sem riscado. Mesmo respeitando a classe, não vejo condições nenhuma pra nós, povo de Cascavel, como representantes deles na Câmara, votar a favor desta taxa. E dou mais um exemplo. Só quis confirmar aqui, com o Nei Haveroth, que os bombeiros não servem só a Cascavel, servem o Rio Iguazu até Toledo e então como nós, de Cascavel, vamos manter uma estrutura dessas que é dever do Estado. Esse governinho que vem aqui e fala que está administrando o Paraná e, não tem condições de manter uma estrutura eficiente tão importante como o Corpo de Bombeiros. Deu um desastre em Catanduvas e vai todo Corpo de Bombeiros pra lá, mas tem que ir com o dinheiro do Estado e não de Cascavel. E fala aqui que está devolvendo dinheiro pra o município, que manda o prefeito doar pra os... tem 30% de remanejamento. Cobra um IPTU tão caro pra manter um serviço tão nobre como este, só que não tirando da população tão carente e necessitada, como o povo de Cascavel. Não vejo como alguém votar a favor desta taxa. Valor tem pra nossa região. E falam de Mariana, do desastre daqui, dali, isso é dever do Estado, do Governo Federal. Se os bombeiros trabalhassem só pra Cascavel, poderia ser que nós teríamos a lei do nosso lado. Como o povo de Cascavel vai pagar uma taxa, se quem vai usar é o povo de Santa Teresa, Capitão?... Isso quem tem que dar condições é o Governo do Estado, o mesmo que aumentou a luz em 40%, IPVA em 40% não sei mais quanto. Porque a lei não vem e não enquadra um governo que não dá condições nem pra os bombeiros sobreviver; estão aqui mendigando a comida e essa miséria já vi na saúde. A mesma coisa na saúde pública, quantas vezes, no Santa Catarina a gente tinha que economizar anestésico. Onde está a justiça? Os poderes? Não existe. Temos que passar esse Brasil a limpo, ladrão tem que ir pra cadeia. Me falaram, semana passada, que não tive coragem de enfrentar um que chamei de ladrão: é porque meu sobrinho se formou em medicina em Dourados e tive que ir pra lá. Minhas palavras sempre estão no ar e vou provar pra esse tipo de gente e outros que, não tem mais espaço pra corrupção. Sou favorável aos bombeiros, mas contra essa taxa que é inconstitucional. Como vamos pagar pra Santa Tereza? E, então não tem como votar. Aquele que está votando a favor, tirando do suado lucro, pequeno lucro de pequenas empresas de Cascavel, do trabalhador que não consegue nem comer carne mais nos fins de semana, de tanto imposto; meu voto infelizmente, respeitando essa classe, meu voto é contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Quero falar com um pouco de conhecimento de causa. Assim como o Bocasanta conhece de saúde, conheço um pouco de bombeiro. Eu vi as dificuldades que o bombeiro tinha, embora fosse na capital. A questão de mangueira furada, carro sem manutenção, assim tínhamos que muitas vezes trabalhar com dificuldades. Escadas em mau estado; portanto, temos que saber que a sociedade tem um custo em cima do bom serviço e o bombeiro sempre



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

lutou pra prestar bom serviço à sociedade. Graças a essa sociedade que soube entender essa necessidade que foi criada lá atrás, o Fundebom, que nos trouxe condições, inclusive de formar os bombeiros nas cidades do interior; senão nem o interior teria bombeiros. Porque não havia condição financeira do Estado de fazer com que o bombeiro pudesse atender melhor a população paranaense e assim chegou em Cascavel, o Tenente Edi, na época fundando o Corpo de Bombeiros de Cascavel. Um oficial administrativo e trabalhando em cima da sociedade organizada, do comércio e da indústria pra fazer a arrecadação necessária, pra que o bombeiro existisse na cidade. Cascavel tem e, se não for o melhor, mas um dos melhores bombeiros do Paraná no interior e, talvez perca pra sede. Sabemos que isso é o que vem de bom pra Cascavel e região, porque temos que atender nosso irmão. Não podemos nos furtar de atender, seria o mesmo que se furtar de atender um vizinho quando ele pedir um favor. E as cidades pequenas, com pouca organização, tentando sobreviver não teriam condições de ter um Corpo de Bombeiros. Tentei levar um Corpo de Bombeiros pra região norte, Floresta e não consegui na época, porque não havia recursos pra esse filho; mas acho que quanto mais perto de nós os bombeiros estiverem, mais segurança teremos. Estamos vendo no dia a dia, pessoas ligando pra os bombeiros pra saber como atender uma criança afogada. Precisamos melhorar as instituições de bombeiros de Cascavel, dar uma vida mais satisfatória a nossos bombeiros, fazer com que sejam mais felizes, uma alimentação adequada é importante termos um bombeiro comendo marmitta durante às 12 horas ou 24 horas que fica dentro do Corpo de Bombeiros. Temos que ter uma cozinha adequada pra atendê-los. Isso nós temos hoje e, nós como sociedade organizada, nos sentimos bem com isso e que nós estamos atendendo bem aos que nos atendem bem. A questão da inconstitucionalidade não cabe a mim. Pra isso, temos Comissões, advogados, juristas e temos o prefeito, que tem sua responsabilidade e seus secretários, pra fazer com que as coisas andem dentro do município. E então, temos que confiar em determinadas autoridades e eu confiando nessas autoridades e sabendo da real necessidade que esta taxa representa pra o Corpo de Bombeiros: sou favorável. E quero pedir aos companheiros que pouco conhecimento tem, na importância dessa taxa de que votem favoráveis. Obrigado. (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Acredito que nesta situação deste projeto, sobre esta taxa é mais que justo que, ela seja colocada. Quando olhamos pra os bombeiros, vemos alguém que dá a vida pra salvar vidas. Não podemos aceitar que independente de quem seja culpado, se o Governo do Estado não manda verba, não interessa! Temos que pensar em prol ao próximo e pensar nesses homens e mulheres que, colocam suas vidas pra salvar alguém. Conheço um bombeiro que estava na praia, ano retrasado, era de Cascavel e estava na praia e salvou uma criança que ia se afogar. Acredito que esses homens e mulheres que, colocam suas vidas em risco pra salvar outras vidas, tem que ter suporte, estrutura, combustível. Já pensou ligar pra os bombeiros, vem atender aqui que tem um incêndio e ele: não tem combustível pra ir. A culpa não é do bombeiro é do Estado, do País, pode ser; mas se temos condições de auxiliar é o melhor dinheiro que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

podemos investir. É um projeto que vem auxiliar, um trabalho nobre, vocês são abençoados pelo trabalho que têm que é uma profissão, mas também um trabalho que ajuda o próximo, salva vidas. Que Deus abençoe a vida de vocês e, proteja vocês e no que depender da minha parte pra auxiliar vocês, contem comigo. Peço voto favorável. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Quando chegou para discussão este Projeto de lei, analisamos profundamente: porque a população, como disse o vereador Jorge Bocasanta, não aguenta mais pagar tanto imposto. É imposto disso, daquilo, e no final do ano começa a virar um pacote; mas eu que vivo e convivo com a saúde pública de Cascavel todos os dias, a gente vê a dificuldade que é se não tiver bombeiros em Cascavel. Outro detalhe: a Defesa Civil que faz um papel importante em nosso município, principalmente quando vemos aí as catástrofes que acontecem no período que ocasiona vendavais e atendimentos aos cidadãos de Cascavel. Nunca liguei no bombeiro e fiquei esperando tempo pra que chamasse uma viatura do Siate, enfim. A mesma coisa acontece na Defesa Civil, mas pra que isso continue aperfeiçoando cada vez mais; infelizmente tem custo. É responsabilidade do Governo do Estado ou irresponsabilidade, porque não está fazendo. Somos a base do Governo do Estado e isso nos envergonha, quando os bombeiros têm que vir aqui na Câmara, solicitar apoio pra não fechar seus postos. Sabemos a dificuldade que está à manutenção dos carros, da alimentação do pessoal e quando é salvar a vida, os bombeiros fizeram trabalho excelente, mas pra isso, existe custo. Dessa maneira, analisando corretamente este projeto, votarei favorável. E peço aos colegas que possam votar favorável, porque é um dos impostos que a população entende. É um sacrifício a mais, mas ela entende que é justo pelo trabalho que fazem. Infelizmente, o Governo do Estado está pecando e não está ajudando essa corporação que tanto faz por seu Estado, mas se o Estado não faz o Município tem que fazer. Não podemos deixar essa honra para o Corpo de Bombeiros, só por dizer: são salvadores de vida e temos que colaborar. Não tenho vergonha de andar na rua e dizer que, votei favorável a uma corporação que faz um trabalho excelente, não só em Cascavel, mas no Paraná. Temos que dar destaque ao 4º Grupamento do Corpo de Bombeiros, que é referência no nosso Estado pela nobreza, pelo atendimento desses senhores que dão a vida no dia a dia, porque saem de casa e às vezes não voltam, como já aconteceu. Meu voto é favorável. É um projeto que causa polêmica, mas me sinto tranquilo em votar um projeto que está fazendo bem a sociedade de Cascavel. Muitas vezes vai pra Catanduvas, Quedas, Capitão e está na hora de chamarmos os outros municípios, também e quem sabe fazer um consórcio, que os outros municípios possam contribuir com Cascavel, pra que esses homens e mulheres, possam ter não apenas a dignidade do trabalho de um serviço prestado a sociedade. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Primeiro, esclarecer que o dever da segurança está na Constituição, é de todos nós. Quando falamos do Estado é Estado em letra maiúscula, não é o estadual é o Estado, a União que deve fazer atrás de convênios, estabelecer parcerias com estados e municípios e fazer com que a segurança pública



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

chegue até os cidadãos. Infelizmente, vivemos num país subdesenvolvido, capitalista e que temos que muito melhorar todas as suas estruturas, instituições que precisam restabelecer suas políticas públicas. Como vamos fechar nossas fronteiras do município, deveríamos também, fechar a fronteira pra as pessoas que vêm dos municípios da região pra vir comprar no comércio local, aqui. Não aceitamos mais que os vizinhos venham no comércio e venham comprar aqui, oferecer seus produtos. A Sadia há pouco tempo pegou fogo em Toledo e, Cascavel ajudou; se Cascavel não tivesse ajudado teria queimado toda a estrutura. O impacto social e econômico que daria não só pra Sadia, mas pra toda população regional, todos os comerciantes de Cascavel, agricultores, tanto do município e da região, pra o país. Essa taxa que pagamos pra Defesa Civil é pra salvar vidas, salvar os bens e a garantia social do atendimento nos momentos de crise. Se não tivermos uma Defesa Civil estruturada e em condições de atender a população, nem sequer os municípios podem decretar o estado de calamidade pública. Só no último acontecimento que teve em Cascavel, graças à Defesa Civil estruturada tivemos a liberação de mais de 90 milhões do Fundo de Garantia pra nosso Município. É o retorno que essa pequena taxa dá pra Defesa Civil do Município; além do mais o Governo do Estado faz sim, a sua parte. Seria justo a gente perguntar, Cascavel ter uma estrutura de bombeiros pra atender a população tão próximo aqui, dividido em 5 quartéis, aeroporto, pago com o dinheiro do Estado, que é de toda arrecadação do Estado do Paraná que paga a folha de pagamento dos bombeiros. É pegado o dinheiro de todo canto do Estado não só de Cascavel e a população de Cascavel é beneficiada, por ter uma estrutura mais próxima que o pessoal dos municípios da região. Temos que ter uma visão de futuro e outra coisa, a garantia da qualidade do serviço. Vereador Rui Capelão, o senhor sabe que é da parte mais antiga dos bombeiros, que nós íamos no incêndio, a mangueira era furada, o caminhão quebrava e, hoje nós não temos isso. Os bombeiros mais novos não passaram por isso, graças à contribuição que a própria sociedade está dando, como o senhor falou, anteriormente. O equipamento desencarcerador se ele não passar por manutenção permanente, coloca em risco até mesmo a vida do bombeiro, que está lá trabalhando, porque o jato daquela mangueira perfura o corpo de uma pessoa. Precisamos de equipamento que dê segurança pra o bombeiro. Não podemos esperar que o Estado vá dar tudo pra nós, porque o Estado é falho. Vivemos num sistema errado, precisa cada um de nós fazer a sua parte. Peço voto a favor, porque vai dar garantia que tenhamos um serviço de excelência, tão merecedor e dar qualidade aos bombeiros, a Defesa Civil do Município, que tem dado as respostas necessárias nos momentos difíceis que a população passa e, que são os desastres. E de agora em diante tenho falado sempre, que os problemas ambientais só tendem a piorar, nós só vamos aprender pela dor. Quando a água estiver batendo no pescoço é que vamos ver que, temos que mudar muitas atitudes da população em relação a cuidados ambientais. Neste sentido, peço voto favorável. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Como servidor público que também sou, sinto o que vocês devem sentir num momento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

desse; porque sabemos da nossa capacidade como servidor e estar vendo faltar às condições mínimas é muito difícil. Como já foi dito aqui, a obrigatoriedade desse serviço é do Estado. Sabemos dos esforços, falamos das honrarias que os bombeiros recebem todo dia, a gente conversa com os meninos e a maioria dos meninos e meninas querem fazer parte das fileiras dos bombeiros; porque as fileiras do Estado são as mais respeitadas. Aqui, nós, enquanto município de Cascavel, temos feito debates em outros momentos e quando nós prestávamos moções de apoio aos bombeiros por conta de ter recebido aquela negativa da Justiça, onde proibiu o desconto, a manutenção dos quartéis aqui feitos pela prefeitura com o desconto do IPTU e tal. Vejo positivo esse desconto aqui, vereador Jorge Bocasanta. Entendo o que senhor falou, mas entendo que temos aqui esse desconto, essa contribuição, ela vai ser muito importante; porque ela vai pra Defesa Civil. E tivemos em Cascavel há poucos dias, enquanto dormíamos a nossa casa não foi atingida, mas muitos trabalhadores que aqui estão trabalham 24 horas ou até mais, e também quem está na ação civil, percebemos homens e mulheres se deslocando por nossa cidade com as mínimas condições que têm. Fiquei várias horas no Clarito esperando que chegasse alguém pra desobstruir uma rua e eles não chegaram antes, porque não tinha caminhão, ele estava quebrado ou faltou combustível. É difícil dizer: vamos cobrar um pouco mais, mas acho que ninguém vai reclamar. Aqueles que não podem pagar não vão pagar; a gente observa aqui um valor simbólico, mas que certamente, cada um de nós ajudando um pouco, vai ser possível melhorar essa estrutura e dar condições pra que a gente possa ter um bom trabalho na Defesa Civil. Votarei favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Hoje é um dia complicado pra essa Casa, porque vamos votar duas taxas. E neste caso específico desse debate, esse debate entende de maneira muito simples que estamos votando a volta do antigo sinistro. No fundo o debate é este, o resto nós estamos enfeitando galo. Estamos votando a volta do antigo sinistro, que de maneira, no meu entendimento equivocada, foi retirado por essa mesma Casa e existem alguns investimentos, taxas que são investimentos como: saúde, educação e segurança que são áreas estratégicas e se o governo estadual não faz sua parte, o município não pode fazer o mesmo. O município tem que se responsabilizar e tem que neste momento, entendo que aprovamos essa taxa. Se o Estado é irresponsável, nós não seremos irresponsáveis e o meu voto será favorável. E em relação aos argumentos que eu entendo que são argumentos possíveis de que Cascavel pagará pelas cidades vizinhas, que bom que existe um polo regional pujante, com condições de poder se solidarizar com seus irmãos menores; os municípios que não têm as mesmas condições. Que bom que temos uma corporação suficiente, com qualidade pra atender todos os municípios vizinhos e não só a Cascavel, ainda que ela arque até porque ela pode, com os gastos e custos de maneira mais especial dessa mesma corporação. Este vereador entendendo que no fundo é isso, ainda que com outra roupagem, outros termos, ainda que dessa vez a taxa será gerenciada pela Defesa Civil e não pela corporação, ainda que com algumas modificações, o que estamos votando é a volta da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

taxa de sinistro. Ele ter sido retirado houve uma precariedade da nossa corporação muito grande, o que não podemos admitir ainda, que eu acate e entenda o argumento que o Estado é responsável sim. Se o Estado é irresponsável como este vem sendo, cabe ao Município ser responsável. Mesmo entendendo que Cascavel acaba auxiliando os municípios menores, o que vejo de maneira positiva, não vejo problema nisso, peço o voto favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Lembrando que vai aumentar o trabalho dessa corporação. Estamos indo num ciclo que vai aumentar, já está aumentando, então se tem uma corporação que temos que auxiliar e cuidar é estas duas corporações, porque a tendência é as coisas acontecerem mais, devido o que está acontecendo no planeta, então muito mais trabalho vocês vão ter. No que depender desta Casa pra auxiliar vocês, podem contar conosco. - Vereador Paulo Porto: Peço voto favorável a este projeto, por entender que não podemos nos dar ao luxo, não temos o direito de assistir a fragilização e precariedade desta corporação que é uma das mais respeitadas. São as entidades que a sociedade mais confia e que nós fazamos desse debate um debate de fortalecimento da segurança pública e, que se o Estado não se responsabiliza, Cascavel irá se responsabilizar. Então o meu voto é favorável e peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Com todo respeito, Bocasanta, vossa excelência se referiu a questão do atendimento regional. Entendo que, nós cascavelenses temos que rever muitos comportamentos; porque Cascavel tem esse comércio pujante, em função da região. E então, temos que pensar também na segurança das pessoas que moram em Catanduvas, Santa Teresa... porque eles moram lá, mas se abastecem em Cascavel; porque o comércio lá não é tão completo como em Cascavel. Eles nos ajudam a manter nossa cidade e nada mais justo do que nós, no caso de uma tragédia, possamos socorrê-los. Essa questão Regional fica superada, neste sentido. Somos a 5ª cidade do Estado, mas temos que agir como tal, como polo regional e trabalhar pensando regimentalmente. Não é apenas bater no peito: somos a 5ª cidade e quando um vizinho precisa de ajuda, nós não estendemos a mão. O trabalho do bombeiro, sendo regional; não vejo mal nenhum, nós poderemos proteger nossos irmãos. Outro ponto e aí falo como advogado, a questão da inconstitucionalidade que foi arguida pra retirar a outra taxa, entendo que está assegurado e a nossa Constituição, no artigo 5º dos Direitos e Garantias Fundamentais, dentre outros direitos está o direito a vida e, nós ao fragilizarmos o corpo de bombeiros estamos colocando a vida das pessoas em risco. De todos os bens que possuímos o direito a vida é o mais importante. Entendo que está assegurado na Constituição e também, vemos todos os dias, os juízes também decidindo muitas vezes em desconformidade de uma lei, que já existe. Um juiz decidir assim, pensando no bem comum, defendendo a comunidade reiteradas vezes em instâncias distintas, juízos distintos, isso vai formando uma jurisprudência e que a lei acaba sendo alterada. Sabemos que muita coisa que no passado era proibido e hoje não é mais. Hoje vejo que há argumento sim, pra se justificar esse projeto constitucional. Vejo que o interesse comum, o direito a vida se sobrepõe. Tenho certeza que os senhores vão ter muito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

serviço, porque não adianta querer tapar o sol com a peneira, o clima se alterou, tivemos esses dias tornados, tivemos problema em Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Cafelândia... então a Secretaria de Assistência Social de um lado, excesso de chuva e de outro, então temos que nos preparar. Não adianta esperar chegar à tragédia, pra correr atrás da solução. Entendo que os bombeiros fazem um trabalho e vocês vão ter que intensificar ainda mais a prevenção; então voto favorável. E peço a compreensão de todos pra que assim também, o façam. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Tive a oportunidade de trabalhar na Defesa Civil por 2 a 3 anos, então dizer da importância deste trabalho. Anotei aqui, atentamente a fala dos colegas, lamentar alguns anos atrás que foi cortada essa verba erradamente. Concordo também, que é dever do Estado, mas como ele não faz, vamos fazer e dizer que não é só a Defesa Civil, os bombeiros; Cascavel é um polo e tem a questão da saúde, tem pessoas de outras regiões que vêm aqui pegar apoio da cidade de Cascavel. Cascavel é um exemplo, assim como a saúde e educação também, o corpo de bombeiros dá atendimento a essas cidades. Ontem mesmo fui alcançado por um empresário que questionava: vocês vão aprovar mais um aumento, mais imposto? A população não aguenta mais tanto imposto, mas como é uma taxa de uma das instituições mais respeitadas não só em Cascavel, mas em todo Brasil, não temos como não aprovar este projeto. Vou votar favorável e peço também, aqueles que estão na dúvida de que possam votar favorável. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Muito bem explanado por todos os vereadores, restando apenas dois detalhes que imagino que seja interessante comentar. O primeiro, o valor mensal médio de cada moradia, sendo que até 70 metros as residências não pagam nada, são isentas. 70 metros vão pagar R\$ 0,75 dia, praticamente não representa nada, assim vai uma moradia de 200 a 300 metros pagar R\$ 4,40/mês, então o valor dessa contribuição percebemos que é um valor quase insignificante, porém vem trazer um grande benefício à corporação, conforme os vereadores que me antecederam já falaram. Dizer que em conversa com o vereador Nei Haveroth e Walmir Severgnini, com o Major Fernando ficou acertado um pequeno ajuste, uma emenda na área comercial, onde a maioria dos vereadores assinou essa emenda que será votada amanhã, reduzindo a taxa de cada 50 metros passando de 0,60 pra 0,30 e acima, então a cada 100 metros passando de 1,20 pra 1,60. Uma empresa que tenha 300 m² vai ficar em torno de R\$ 67,00 a taxa anual. Não é muito grande; então peço voto favorável. Parabenizar o Major Fernando, sabemos que o corpo de bombeiros apesar de ter sua sede em Cascavel atende a região toda. É uma lógica em função do que alguns vereadores, já falaram que Cascavel é o sustentáculo desta região e nada mais justo que prestar atendimento a toda região. E falando do anteprojeto de lei n° 4, ele se refere tão somente a inclusão no seu artigo 343, no parágrafo 7º, a inclusão desta taxa de prevenção de desastres e pra isso peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Conhecemos o trabalho do corpo de bombeiros de Cascavel, que é até diferenciado do resto do



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Estado e do País e, merece aplausos. Sabemos que temos viaturas encostadas por falta de manutenção. Sabemos que isso pode causar a morte de alguém, talvez um familiar até nosso, por falta de atendimento, gasolina, diesel pra atender; sabemos que precisa de dinheiro pra tocar essa estrutura toda e pra dar um bom atendimento pra população, salvar vidas, mas também conhecemos o lado da população que não aguenta mais pagar tributos, taxas, impostos. A população está sangrando, pingando o sangue da população que não suporta mais pagar por incompetência dos nossos governantes, da nossa classe política, da qual faço parte hoje, por desvios de verbas, investimentos errados, por tudo que nós sabemos. Sabemos que temos alguns deputados estaduais que deviam lutar pra trazer verbas pra essa corporação, podem até tentar, mas infelizmente as migalhas que estão vindo não estão suprindo as necessidades. É dever do Estado do Paraná manter o corpo de bombeiros e, não o faz. E quando não o faz, deixa nossas famílias morrendo muitas vezes por falta de atendimento. Sabemos que essa taxa é pequena pra quem vai pagar, mas é uma taxa, é mais uma. Eu que defendi no meu mandato inteiro o não aumento de tributos, de taxas, continuo defendendo parar de sangrar a população e investir o recurso que é da população, investir melhor. Mas infelizmente vemos o Gaeco, o Ministério Público muitas vezes atuando e mostrando felizmente mostrando pra onde está indo o dinheiro da população. Muitas vezes sangrando empresários com propinas, felizmente o Gaeco está pegando, isso ficando só dentro do Estado, todo mundo conhece as operações que tem. Ao nível nacional conhecemos a operação Lava Jato e tantas outras que, devem vir por aí. Se a gente tivesse mais homens com coragem, mais alguns “Sérgios Moros da vida” que pudessem matar no peito e falar: eu sou o cara, porque têm que matar no peito e resolver os problemas desse país. Sabemos que é difícil de resolver, porque vem lá de trás. Temos uma emenda pra amanhã, reduzindo aqui algumas taxas, que vai diminuir, não concordo com essas taxas de 70 a 100 metros; 100 a 200; fica muita picadeira e poderia criar uma taxa padrão e escalonada diferente. Não teria necessidade. Votarei favorável diante da emenda que poderá ser aprovada amanhã e, se amanhã não aprovar a emenda, votarei contrário porque não é pra o bombeiro, não é pra defesa civil, nós estamos penalizando mais uma vez o município de Cascavel que vai ter que pagar esta conta. Estou votando por aquela pessoa que está acidentada e o corpo de bombeiros não chega, aquele que está precisando do Samu e ele não chega. Muitas vezes quando chove sua casa é destelhada, você precisa da defesa civil e se não tiver verba ela não vai chegar e vamos ter aqui que, penalizar quem já está penalizado. Infelizmente, por incompetência de nós políticos do país. – Presidente: Em votação; proceda a votação nominal, senhor secretário, do Projeto de lei nº 154/2015 que dispõe a taxa de proteção a desastres do município de Cascavel e dá outras providências, de autoria do Executivo municipal. (Foi contrário, o vereador: Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Jaime Vasatta, Fernando Winter, Walmir Severgnini, Jorge Menegatti, Celso Dal Molin, Aldonir Cabral, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Marcos Rios, Claudio Gaitero, Professor Paulino, Pedro Martendal, Nei Haveroth, Rui Capelão) –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Secretário: Com 17 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei aprovado. – Presidente: Com 17 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei aprovado em primeira votação. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei complementar nº 4/2015, que altera dispositivos da lei complementar municipal nº 01/2001 e dá outras providências de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Somente pra acrescentar o artigo 343, taxa de expediente, certidões e também a taxa de proteção a desastres; esse projeto que acabamos de aprovar, então só pedir voto favorável. – Presidente: Em votação o Projeto de lei complementar nº 4/2015 que altera dispositivos da lei complementar municipal nº 01/2001 e dá outras providências. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foi contrário, o vereador: Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Jaime Vasatta, Fernando Winter, Waldir Severgnini, Jorge Menegatti, Celso Dal Molin, Aldonir Cabral, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Marcos Rios, Claudio Gaitero, Professor Paulino, Pedro Martendal, Nei Haveroth, Rui Capelão) – Secretário: Com 17 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei complementar aprovado. – Presidente: Com 17 votos favoráveis e 1 contrário, aprovado Projeto de lei complementar nº 4/2015. Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 140/2015 que dispõe sobre alteração de dispositivos da lei complementar 66/2010 que dispõe sobre o lançamento e cobrança da contribuição de melhoria e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Marcos Rios. – Vereador Marcos Rios: Só comentar que nós temos esse projeto que é do asfalto, parcelamento de dívidas novas, esses asfaltos novos que estão saindo; fizemos uma emenda que é pra essas dívidas atrasadas como se fosse o Refic do Refic. Essa emenda que vamos por amanhã em votação, vai contemplar muitas famílias, muitas pessoas que têm a dívida do asfalto atrasado que não tinha condições de pagamento. Ela vai ter o mesmo direito das pessoas que vão parcelar o novo. Seria o reparcelamento de uma dívida que eles têm e que não têm condições de pagar. E essa emenda vai entrar amanhã. Obrigado. – Presidente: continua em discussão o projeto. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Fernando Winter, Waldir Severgnini, Jorge Menegatti, Celso Dal Molin, Aldonir Cabral, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Marcos Rios, Claudio Gaitero, Professor Paulino, Pedro Martendal, Nei Haveroth e Rui Capelão) (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Projeto nº 140/2015 aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 141/2015, que dispõe sobre alteração da redação do art. 5º, da Lei n.º 6.476/2015 e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Não tem como o município arcar com os tributos numa troca de um terreno. Aqueles que querem vender



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ou trocar que arquem com a responsabilidade. Muitas vezes aqui, a gente percebeu que os terrenos do município muitas vezes subvalorizados em relação aos da iniciativa privada e mais esse ônus pra o contribuinte? Temos que parar de aumentar a taxa, imposto e dar pra os amigos do reino, do prefeito; então meu voto será contrário por causa disso. Vou ler aqui o artigo 5º, pra população saber: os tributos e demais despesas decorrentes da escrituração e registro dos imóveis permutados, descritos nos artigos 1 e 2 desta lei serão suportados pelo município de Cascavel. Aprovamos agora a pouco, não tem dinheiro pra os bombeiros, fui o único a votar contra. Agora o município quer pagar até documentos e geralmente essas trocas, a balança pende sempre a favor do privado; então peço voto contrário, porque isso não tem cabimento. A partir do momento que vou vender uma casa ou senão seria por aqui: a todas as pessoas que trocarem de casa teria só um imposto, porque não pode o município pagar até a escritura dessas trocas; por isso peço voto contrário. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: O artigo que propôs um projeto que vem beneficiar a população e parece que, as coisas porque vêm do Executivo muitas vezes são pra prejudicar a população e no caso desse projeto, só vai haver o município arcar com as despesas das documentações; a permuta só ocorre quando há interesse público. Não há como o município bancar a documentação fazendo permuta de terreno, se não for do interesse público. Quando há permuta de terreno é sempre pra colocar um bem público, melhor. A situação do terminal, que é o caso que votamos anteriormente; então se o município quer adquirir o terreno de um particular e ainda quer que o proprietário arque com as despesas. Se o município está propondo a permuta é lógico que o município tem que arcar com a documentação. Vamos onerar o proprietário, o dono do terreno que o município quer fazer a permuta? Acho que o projeto é correto, ele estabelece uma justiça e não joga pra iniciativa privada a obrigação da transferência da documentação quando o município propõe a permuta do terreno. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Estou no meio termo desse fato. Concordo que imóveis adquiridos pela prefeitura pra fins de utilidade pública, de investimentos do município; seja pra indústria, comércio, ou qualquer outro fim que haja interesse do município em adquirir esse imóvel pra que ele seja colocado à disposição, acho que não tem porque a prefeitura pagar a escritura, débitos pra a própria prefeitura. Entendo quando fala o projeto em áreas desafetadas; áreas desafetadas, tivemos centenas de lotes desafetados, que estão à venda e muitos já foram vendidos, o do Parque de Máquinas foi desafetado e está a venda. Quem vai comprar aquela área de valor altíssimo? A não ser milionários que estão interessados na área por ser valorizada. Esse milionário interessado na área tem que pagar as taxas cobradas pelo município. Não é por ser desafetada e o município está fazendo muitas vezes uma troca de uma área por outra, se a pessoa trocou é porque tinha interesse, não está levando prejuízo. Está levando lucro, porque se estiver levando prejuízo não vai fazer. Acho que o município não vai ter como pagar as taxas quando ele adquire, mas quando ele vende a alguém ele está funcionando como uma imobiliária que está



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vendendo, ou qualquer outro cidadão que está vendendo uma área. Essa pessoa que está adquirindo essa área, mesmo que seja a base de troca, ela tem que ressarcir o município ou pagar as taxas da área que está comprando. Desafetamos quantas áreas? Interesse pra beneficiar as próprias pessoas que tinham interesse na área, se ela tinha interesse na área e quer anexar aquela área a dela, ela vai ter que pagar as taxas. A questão de troca tem que ser muito bem avaliado, como é feita essa troca pra sabermos se realmente, cobra ou outro não cobra. Tem questões que tem que ser analisadas, não pode ser ao pé da letra e a decisão fria é que vai decidir essas coisas. Tem que ser da questão administrativa e bem preparada pela administração. Estou com dúvida nesta lei, então vou votar contrário. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: O artigo 5º diz, também concordo com o que o senhor colocou anteriormente, mas não é o que trata essa lei. Está no artigo 5º: os imóveis permutados. A permuta só é possível quando há parecer jurídico e interesse público e a permuta quando não existe interesse público nem pode ser feita. Não há possibilidade de fazer permuta se não há interesse público. Quando o artigo coloca que é só pra os imóveis permutados, fico tranquilo. No outro caso, concordo com o senhor que quando há venda o comprador deve ser responsabilizado. - Vereador Rui Capelão: Vi um caso de uma área que foi feita rua e o cidadão que queria permutar com outra área da prefeitura, a gente entrevistou e a prefeitura resolveu não fazer mais o negócio. Se você está trocando uma área excelente por rua, uma área que foi ocupada por rua, que não havia cabimento pra aquela troca, isso é impossível que você repasse uma área grande que dá pra fazer 5.000 apartamentos dentro daquela negociata e quem vai ganhar em cima é empresário. Não podemos tirar pão da boca de nossas crianças pra dar pra aqueles que não necessitam. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Nós aprovamos recentemente aqui nesta Casa uma lei, onde o município no momento da permuta com o proprietário, ambas as partes seriam responsáveis pelo pagamento da escritura e essas coisas. Porém, a Constituição diz que quando é de interesse público fazer a permuta, ela fala que as premissões quanto a essas despesas ocorrem por conta do interessado, que é o município. Aqui, estamos falando em permuta de imóveis que o município faz pra construção de imóveis, posto de saúde, Cmei's, então existe o interesse do município de fazer essa tal permuta, pra isso é óbvio que o proprietário do imóvel não vai arcar com as despesas. Sabemos que o interesse é do município e não do proprietário do imóvel fazer a devida permuta. Quando ocorre o interesse do município em fazer a permuta e não venda, ocorre as despesas por conta do município. Seria essa pequena alteração que estaria sendo feita na lei e, peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Concordo com o Bocasanta. Existem taxas e taxas. Quando nós criamos uma taxa pra garantir algo fundamental, que é a defesa civil, perfeito. Agora, quando abrimos mão de uma taxa pra permuta de imóveis, vejo com desconfiança e me preocupa. Concordo com o Rui Capelão, depende dos imóveis, do proprietário. Eu ficaria incomodadíssimo numa permuta de Cascavel abrir mão da taxa pra o Padovani.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Pode ser que façamos permuta com o Padovani, que é um latifundiário urbano de Cascavel, ia ser gozado o Padovani abrir mão e o município pagar as custas do Padovani. Eu veria com bons olhos o município arcar com a taxa de permuta de um senhor que só tem um lote e que R\$ 1.000,00 faz falta. Abre um precedente muito ruim, concordo com o Rui Capelão, tem que ser mais equilibrado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Estamos discutindo a permuta e não o proprietário. O interesse é do município, é o que fala a Constituição. Quando é interesse do município aí, corre por conta do município; mesmo porque essa permuta vem beneficiar a população. Principalmente, aquela população de baixa renda onde será construído próximo a sua casa um Cmei, posto de saúde, e assim por diante. - Vereador Paulo Porto: Num país capitalista interessa sim, quem é o proprietário. Não estamos na Suécia, Noruega, temos o Padovani e o Zezinho que mora e que tem um lote; não são iguais. Podem ser iguais perante a lei, mas socialmente são entes diferentes; então me incomoda a possibilidade de um Padovani entre outros não pagarem taxa numa permuta, ainda que seja a benefício público. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Amanhã, vamos fazer então uma emenda pra resolver isso: do seu Zé, vamos então ter esse acolhimento; agora do Doutor José vamos mudar isso. Então os vereadores que pudessem amanhã, vamos fazer uma emenda pra alterar isso aí. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Paulo Porto: Pois não. – Vereador Fernando Winter: Acredito que no interesse do município, geralmente são terrenos que o município precisa de determinada obra e, então não há interesse do proprietário; o interessado é o município. Não tem interesse do proprietário em ganhar com aquilo e acredito que não haja problema, aprovamos. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Respeito à opinião do Fernando Winter, mas entendo que é necessário alguns ajustes ou então que se suspenda ou peça vistas até se ajustar, neste sentido. Existem proprietários e proprietários, terrenos e terrenos, abrindo uma janela como essa podemos isentar grandes latifundiários de Cascavel, ainda que seja de interesse do município. Era o que tinha, peço voto favorável na condição de que amanhã faremos emenda e, ela não sendo aprovada, obviamente o nosso voto poderá ser desfavorável. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Uma emenda que venha pra ser colocada amanhã, ela tem que levar em princípio a isonomia. Não importa se o cara tem um terreno que vale um milhão, porque é fulano de tal e o outro que vale 100 mil, porque é sicrano. Se há interesse do município em procurar um imóvel e que aquele imóvel seja de propriedade de pessoa que tenha interesse de vender pra o município, mas ele: vou desapropriar. Se você desapropriar, o valor vai pra justiça pra ser discutido judicialmente. Quando há interesse do proprietário de fazer uma permuta, de um terreno de fundo de vale que é possível construir, mas o município tem interesse de preservar aquela área, aí o interesse é do proprietário do imóvel e não do município. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: O Luiz Frare traz um debate precedente, correto, a isonomia. O debate é isonomia e equidade, o que é previsto em lei, também; mas concordo com o Luiz Frare é preciso pensar na questão legal. A isonomia é tratar todos de maneira igual,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

equidade é tratar o desigual de maneira igual pra chegar na igualdade que é o que fazemos com as cotas, quando isentamos a taxa de luz de 100 kw pra baixo; não tratamos todos iguais, tratamos com equidade. Acato essa orientação do Luiz Frare, há de pensar as formas legais, mas sigo entendendo que na perspectiva da equidade podemos achar essa forma pra emenda e então apresentarmos amanhã. Obrigado. – Vereador Luiz Frare: Neste caso a pessoa não tinha interesse nenhum em vender o imóvel pra quem quer que seja, mas o município precisa da área pra construir um posto de saúde, terminal de ônibus, há interesse do município. E a pessoa falou: então você paga a escritura, o registro de imóveis que eu não estou a fim de vender o terreno, estou vendendo pelo valor que acho justo. O interesse é do município, o município tem obrigação a partir de agora de arcar com este custo de registro do imóvel. Obrigado. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 141/2015. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Fernando Winter, Waldir Severgnini, Jorge Menegatti, Celso Dal Molin, Aldonir Cabral, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Marcos Rios, Claudio Gaitero, Professor Paulino, Pedro Martendal e Nei Haveroth) (Foram contrários os vereadores: Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Rui Capelão e Jorge Bocasanta) – Secretário: Com 14 votos favorável e 4 contrários, Projeto 141/2015 aprovado em primeira votação. – Presidente: Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 143/2015, que institui no calendário oficial de eventos esportivos do município de Cascavel, o Cascavel GP de motocross, e dá outras providências; de autoria do vereador Robertinho Magalhães. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Robertinho Magalhães. – Vereador Robertinho Magalhães: Este projeto é simples, mas muito importante pra Cascavel; onde institui no calendário oficial de eventos esportivos do município o grande prêmio de motocross. Vai acontecer todo o mês de abril de cada ano, promovido sempre pelo clube Cascavel. Eventos esses que, estão sendo considerados muito importantes pra a nossa cidade, vem fomentando muito o turismo na cidade e não só mexe com a parte do esporte, motocross como também, mexe com restaurantes, bares, hotéis. Peço aos senhores vereadores que votem favoráveis. Seria isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Sou favorável a seu projeto, mas tive a oportunidade de sábado, ouvindo a Rádio CBN um comentário sobre esporte, citaram o seu nome sobre a questão de investimento no esporte. O comentário não era muito favorável ao senhor, mas disseram que era uma pessoa que sempre teve interesse pelo esporte nesta Casa e que não viam nesta Casa interesse pelos vereadores de um trabalho em defesa do esporte de Cascavel. Acho aquilo ali... a pessoa não deve ter a mínima visão do que nós tratamos dentro dessa Casa sobre esporte. E estava dando entrevista na Rádio CBN. Debates muito isso no orçamento e votei contrário ao orçamento, por falta de investimentos na área de esporte e vi muitos dos senhores comentarem neste sentido. Lamento que o investimento aqui, seja apenas na área do autódromo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Robertinho Magalhães: É uma das atividades esportivas, motocross, onde com esse projeto vai ter a possibilidade através do Poder Público de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

dar estrutura pra promover o evento, não só do MotoCross, mas voltando na lei orçamentária pra ano que vem também, estar complementando junto às artes marciais e ciclismo. A gente sempre está favorecendo o esporte, porque como o senhor já falou aqui, o esporte tira as crianças da rua e coloca numa profissão. Nesse caso aqui é o motocross. - Vereador Rui Capelão: Obrigado. Queremos deixar bem claro que temos lutado pelo esporte nos bairros, por isso nós temos brigado contra o orçamento neste sentido. Interessante que às vezes as pessoas tomem conhecimento de um trabalho sério que procuramos fazer, pra que verifiquem que nós realmente estamos interessados no esporte. Não apenas criando calendário, mas de forma geral. Obrigado. – Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 143/2015, que institui no calendário oficial de eventos esportivos do município de Cascavel, o Cascavel GP de motocross, e dá outras providências, o nº 141/2015. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 143/2015 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 149/2015, que dispõe sobre o lançamento e a cobrança da contribuição para custeio da iluminação pública e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Tem uns dados que o município nos passou da arrecadação e do gasto de energia, mas sempre gosto de fazer a comparação dos meses. Não ficou claro aqui, o gasto de energia é do município inteiro ou da iluminação? Nessa comparação que tem aqui. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Taxa de iluminação não é sobre... a iluminação pública que aparece nos postes, praças, avenidas e a taxa do município, do prédio, Cmei, posto de saúde é paga com recursos próprios do município. – Vereador Jorge Bocasanta: E então aqui essa defasagem é só da iluminação pública? Essa seria minha dúvida. Interessante é que se essa colocação que o Luiz Frare coloca que, a taxa de iluminação pública que gasta 500 e está arrecadando 700 ou o contrário; não tem como a gente fugir do aumento. Vou ser bem coerente. O município teria que mandar aqui pra nós coisas mais coerentes, porque ele coloca que em dezembro de 2014 se arrecadou um milhão e pouco, e gastou 637 e no mês de setembro arrecadou 948 e se gastou um milhão cento e noventa e sete, por que essa diferença? O povo não está conseguindo mais nem ligar a luz, porque aumentou tanto que ele tem que diminuir a luz em casa, por isso se arrecadou a menos. Então o município também, teria que começar a ver seus gastos e ver se realmente o que a gente está pagando de iluminação pública é condizente com o que estamos pagando. Em Cascavel quantas lâmpadas ficam queimadas, durante o ano? Hoje, se passarmos na rua aqui, vai ter no mínimo 10% de lâmpadas queimadas ou então, temos que fazer a substituição, mesmo que seja caro. Assim sim, seria um financiamento interessante pra Cascavel. Se você gasta R\$100,00 com uma lâmpada que vai consumir R\$ 2,00 por mês; se você gastar R\$ 400,00 com uma lâmpada que vai gastar R\$ 1,00 de luz; esse seria um financiamento interessante pra Cascavel. Vejo aqui, R\$ 400,00 cada led custa muito caro, não! Caro, custa essa que gasta mais. Gostaria que viesse um financiamento pra



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

trocar todas as lâmpada por led, que com o passar do tempo teria uma luz que dura mais tempo, iluminará mais e com economia pra os cofres públicos, aí seria uma administração correta. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Acredito que essa ideia que o senhor está passando cabe talvez, reconsiderar o município e propor a Copel repensar, no contrato existente. Acredito que a formação do contrato é bem antiga, temos que rever o investimento e a cobrança e aquilo que temos de mudança, senão fica a conta pra o município pagar a substituição da lâmpada e mais a tarifa pra Copel e a Copel tem se eximido de algumas responsabilidades; então é preciso que seja revisto, que o município... Lógico que não podemos deixar o município tirar de outras áreas pra pagar a iluminação pública, mas é preciso rever essa situação junto a Copel. É importante rediscutir esse contrato com a Copel. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Vou ler aqui: vou pagar uma luz R\$ 676,96, a taxa de iluminação pública aqui: R\$ 34,40, energia R\$ 250,00; vou dividir pra ver se teria dinheiro pra os bombeiros aqui, porque nós pagamos impostos. Energia 240 reais, Salto Caxias, distribuição 96, transmissões, 14,95, tributos, 232 reais, governo do estado do Paraná, tem dinheiro pra os bombeiros. Encargos: PIS e COFINS, 48,33, e então 290 reais de impostos numa conta de 600 reais e ainda vamos aumentar mais uma taxa aqui, os 290 vem através de ICMS pra o município. Vamos ver se vão me convencer a votar a favor ou não; de uma conta de 600 reais tem quase 300 de imposto e uma parte vai pra o Governo do Estado e a outra pra o Município, então o negócio está pegando fogo pra quem paga os impostos. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Essa taxa que vem agora, da minha parte, estou achando um valor muito alto. Sabemos que faz anos que não é repassado, mas é uma carga muito pesada pra população, pra que ela possa pagar mais essa conta, que é uma conta que vem sobre iluminação pública. Da minha parte, vou votar favorável ao projeto hoje, pra mostrar que tenho interesse que seja reajustado. Vamos fazer uma emenda pra amanhã, pra baixarmos o valor por não concordarmos com este valor de em torno de 45%, que se presume neste imposto jogado agora sobre a iluminação pública e pra que não haja uma carga sobre a população, entendendo que o município precisa reajustar. Amanhã, estaremos apresentando uma emenda pra que possamos baixar esse valor. O meu voto será favorável hoje, mas amanhã teremos uma emenda pra tentar reduzir este valor e poder dar uma carga menor aos contribuintes de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: A gente sabe que a taxa de iluminação pública está defasada, mas não concordo com algumas colocações, referentes aos postes de iluminação pública e inclusive ampliação de redes, porque os postes de iluminação pública não existem medidores e quando as lâmpadas estão queimadas a prefeitura acaba pagando essa taxa, por estimativa. Temos que rever essa situação e é possível melhorar a questão de valores que está defasado. Vou votar hoje a favor, mas se amanhã não tiver uma emenda protocolada que reduz bastante os valores do projeto, vou votar contrário. Não concordo com essa elevação, sabendo que o país vive uma crise muito grande. Agora a pouco todo mundo falando em valores, de aumento de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

taxas, tributos, então não podemos concordar com estes valores absurdos. – Vereador Celso Dal Molin: Votaremos a favor hoje... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Da mesma forma, eu votarei favorável ao projeto; mas poderemos rever Cláudio Gaitero, com seu compromisso que é líder do governo, de nós revermos esse valor da tarifa fazendo uma emenda pra diminuirmos; porque já foi falado aqui da quantidade de impostos pra população. Com certeza vai cair nas nossas costas. Votarei favorável hoje, pra amanhã discutirmos a emenda. – Vereador Celso Dal Molin: Lembrando que tivemos um aumento em torno de 51% na energia, que entra nas residências. Como colocou o Fernando Winter ao líder do governo, se até antes do prazo que vencer o tempo pra fazer as emendas o senhor fizer uma emenda que eu concorde com o senhor, estarei assinando; senão estarei fazendo uma emenda pra reduzir este valor pra que não possamos sobrecarregar ainda mais a população da cidade. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: O vereador Nei H. Haveroth levanta uma situação importante. Aqui não falo que o município de Cascavel é culpado por esse aumento, mas a Copel com certeza está deixando a desejar e, por isso essa Casa tem que cumprir seu papel de fiscalização. Nós precisamos destrinchar esse contrato pra ver o que a Copel está também, remanejando. Sabemos que aumentos daqui dali estão todos os dias, mas como o vereador Jaime Vasatta, que já fizemos um requerimento por essa Casa, não chegou ainda, cadê os medidores dos postes de iluminação? Cobrar é fácil, mas será que a companhia está entregando a hora que liga e desliga? Esse questionamento tem que ser colocado em prática, porque já temos jurisprudência inclusive de outros municípios a nível nacional que, realmente resulta que as companhias acabam cobrando uma hora a mais/dia. Logicamente, isso está sendo cobrado do contribuinte. Em relação às lâmpadas queimadas, muitas vezes a gente passa numa via e a iluminação toda queimada, mas o município tem que pagar por aquela iluminação que está. Outro detalhe, é a questão por exemplo: quantas vezes nossa cidade apaga a luz inteira, num vendaval e tal, a Copel vai e desliga? Mas está sendo pago e a Copel não está ressarcindo o contribuinte, ou seja, na fatura mensal que chega nas casas da população. Vamos analisar essa situação, o aumento vem numa hora que não está para esse aumento. Só que se amanhã não tiver uma emenda que, possa ajustar porque ano que vem, a partir do momento que tivermos esse contrato em mãos, vamos solicitar tanto do município como da concessionária que faça alguma coisa e, quem sabe reduza a tarifa. Votaremos contrário amanhã, dependendo dessa emenda que estará sendo proposta pelos colegas. Se acaso não foi mexido com a companhia, nós vamos mexer; porque o município tem que ter essa responsabilidade de solicitar que as regras de contrato sejam estabelecidas. Outra coisa: num contrato que é especificado que as lâmpadas são de 400 watts, o município compra uma de 125, 200 watts, mas está sendo pago 400. Tem muitas coisas que ao andar da carruagem, no ano que vem, vamos mudar isso. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Foi debatido a questão de valores, entendemos que há mais de 5 anos não teve



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

reajuste, mas não dá pra querer recuperar tudo ao mesmo tempo. Conforme já falado aqui, seremos favoráveis desde que possamos amanhã apresentar essa emenda, reduzindo pelo menos 50% do valor. Temos, quero dar destaque no artigo 15, que diz: os pedidos de isenção que trata o artigo anterior deverão ser protocolados até 30 de setembro do mesmo exercício. Tem um problema: aprovamos agora e em 90 dias teremos já a cobrança, então as pessoas terão um período, ficarão pagando a partir de março até setembro, quando as pessoas vão apresentar pedido de isenção. Outra situação no artigo 13 que diz que, o Poder Público municipal fica autorizado mediante ato próprio a atualizar monetariamente o valor da UVC, fica um pouco solto e, ele a qualquer momento, pra próxima legislatura já temos; mas há qualquer momento ele poderá fazer reajuste. Pretendemos amanhã apresentar uma emenda, pra resolver este problema. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Vejo esse projeto inoportuno. Estamos num período de recessão, o comércio está desempregando, a população sofrendo e nós de repente aumentamos uma carga tributária de 45%. Neste momento 10% seria o suficiente em cima dessa taxa; então não vejo momento de se aumentar 45%. Acho que tem que se administrar aquilo que se possui, mas não querer entrar tão fundo no bolso dos outros; principalmente os que não vão ter pra contribuir. Sou contrário e amanhã também serei; se não tiver uma emenda em cima do projeto. Acho que quem votar favorável hoje estará votando favorável amanhã. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Temos que ter uma realidade, responsabilidade, temos que encarar o que realmente está acontecendo com a iluminação pública, não só em Cascavel, mas no Brasil todo. Temos que fazer um histórico do que aconteceu, mesmo antes das eleições, onde foi baixado 30, 40, 50% da energia elétrica no Brasil, através de decreto e, passou as eleições vimos esse estouro. Daí criaram uma tal de faixa amarela, vermelha, verde.. sabemos que os rios estão transbordando com toda essa chuva, a Itaipu está abrindo as comportas e onde está a faixa verde, que ia baixar? Tenho recebido a conta e está com faixa amarela, então ainda não baixou. Tivemos um reajuste em torno de 200% da energia elétrica no Brasil inteiro, fiz um levantamento, no Rio Grande do Sul subiu esse ano 56%, Santa Catarina 46%, Paraná 52%, São Paulo 58%, Minas 59%, Rio de Janeiro 53% subiu a energia. Fazendo um levantamento na minha conta de energia, estou na faixa de 251 a 300 e pago 17,20, já vem isso a quase 10 anos e, vai pra 24,94; vou pagar em torno de 6, 7 reais a mais. Vendo as faixas menores que são as pessoas que menos podem pagar, nós percebemos que eles vão pagar 3, 4 reais a mais durante o mês. Pedir a técnica que colocasse ali, o vereador Jorge Bocasanta não está, mas gostaria de passar pra ele uma estimativa da iluminação pública de 2015-2016, onde as receitas estimadas pra 2015, ali aparece um cara que já caiu. Temos 2015, a previsão de 14 milhões de receita, estimativa de 21 milhões com déficit de 7 milhões e 201 mil reais, a previsão pra 2016 não é diferente, vai a quase 18 milhões de déficit do município de Cascavel. Vamos tirar de onde este dinheiro? Da saúde, educação? É preocupante. Temos que ter a responsabilidade de saber que realmente uma votação que incomoda



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

muitos vereadores, mas temos que ter a responsabilidade de saber a situação atual. Outro exemplo que pegamos de Marechal Rondon, Londrina, diversos municípios no Paraná tiveram reajuste. E em Marechal Rondon aprovado em 7/12, recente, de 101 a 120 a cobrança deles é de 15,35, a nossa que vai até 150 amperes vai de 9,35, quase 100%, de 121 a 150 vai pagar R\$ 23, na cidade de Marechal Rondon. Naquela cidade de 201 a 250 vai passar pra 38,37% o valor e Cascavel de 201 a 250 passará pra 18,70. Realmente teve uma defasagem muito grande, onde o município não pode arcar com estes valores. Sabemos que é uma época difícil, mas temos que ter a responsabilidade de saber onde podemos colaborar com o município, pra poder fazer com que cada um pague um pouco e que cubra esse déficit, que não precise tirar da saúde, segurança e educação pra cobrir esse déficit que será de quase 8 milhões, agora em 2016. Peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Procurei argumentos pra votar favorável, mas não encontrei. Ao ler a mensagem de lei, ainda encontrei mais dúvida, pois se em 2014 num único mês sobrou 543 mil reais, se tomarmos por base 2014 vamos chegar a 6 milhões. Temos que ir atrás, o Poder Público também tem que fazer economia, ajustar suas contas, temos que sentar com a Copel, ver onde está o furo. Estamos aqui há 3 anos e nunca conversamos sobre e esses valores; e então quanto sobrou? Para onde foi? Eu volto a lembrar que já discutimos aqui, no aumento do IPTU, se está desde 2010, sem reajustar vamos reajustar justo agora, que todo mundo está sem dinheiro, perdendo emprego, as empresas estão com seu faturamento caindo? Semana passada, conversei com esse senhor que tem aquele caminhão que vende carne aqui na feira e, ele falou que o faturamento dele caiu 50%, dispensou 7 funcionários e vai embora para Palmas, no Tocantins. Está desesperado e assim a comunidade toda; então ficamos em 2010 sem reajustar, tivemos períodos de bonança e não reajustamos e agora, que está todo mundo numa pindaíba danada, vamos aumentar 45%? Então o meu voto é contrário, vamos discutir isso e em janeiro, voltamos a tratar desse assunto, mas vamos apurar. Vamos chamar a Copel, vamos ver o que tá acontecendo, porque toda vez que falta dinheiro jogamos em cima do contribuinte, é uma situação muito delicada. É o que nós discutimos antes. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Janeiro não pode ser aprovado, em função de que será um ano político e também, não poderá ser incluído nas faturas, então temos que votar este ano. O senhor se refere ao final de 2014, que foi a época justamente que a presidente baixou, praticamente 50% da energia elétrica no Brasil, então, naturalmente a arrecadação era maior, a despesa de iluminação no município de Cascavel era maior; portanto, hoje não tem como fazer essa mesma conta, nós estamos aí com 200% de defasagem da energia daquela época para esse ano. Se a pindaíba está grande, concordo; nós estamos numa pindaíba, mas esse governo municipal, nem os vereadores são culpados disso. Nós sabemos que tem mais gente aí culpada dessa pindaíba. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Então não pode ser em janeiro, muito bem lembrado por Vossa Excelência, deixamos pra 2017. Peço então a Vossa Excelência, como líder do Governo, então se pudesse nos trazer amanhã não



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

só do ano de dezembro de 2014, um extrato desde 2010 que não foi mais reajustado mês a mês e aí, talvez eu me convença; mas do contrário, eu não vou aprovar mais um aumento em cima da conta que já está pesada. As pessoas não estão conseguindo pagar, então o meu voto será contrário. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Apenas para esclarecer, se é que o entendi bem, o Professor Paulino vai me corrigir ou não: o senhor colocou que faz 5 anos que não aumenta, é isso? Na realidade faz 15 anos que está congelado, aumentar não aumentou de lá para cá, nunca. O que aconteceu em 2009, quando se verificou que a isenção era até 100 kw, se verificou que havia um superávit, nós colocamos uma proposta ao prefeito, no sentido de isentar até 150, e isso foi feito. Ao contrário do que a imprensa escreve hoje, o último aumento não foi em 2009. Em 2009 foi um aumento da isenção de 100 para 150, portanto a taxa permanece congelada desde a sua criação, na época pela edição da PECULIAR, não me recordo mais, uma alteração na Constituição Federal que possibilitou os municípios cobrar essa taxa de iluminação pública. Dizer pra o Pedro também, o seguinte: em julho do ano passado, a pessoa pagava 722 kw, 750 reais; em julho desse ano 690 kw, 1200 reais; isso teve um aumento de 107% no total da conta, porém, os mesmos 46 reais e 43 centavos que ela pagava em julho de 2014 está continuando pagando até agora e, se ele e a conta praticamente dobrou, se fala em 50%, 55%, mas é maior o aumento do que se imagina do que se propaga. Essa conta que o Bocasanta colocou, que é a dele, eu acho, de 34 reais, com esse reajuste passaria a ser mais 45% ia para 50 reais; como ele gasta quase 500 reais de luz, então, na realidade o que pesa e o que ele falou não é essa taxa, o que pesa são os tributos; os impostos e isso eu concordo e assino embaixo. Agora, ao mesmo tempo, em que a gente percebe que em reajustando os 45% e que eu concordo também, que aumento de tributo, aumento do imposto, de CPMF do que quer que seja, sempre pega mal. E ao mesmo tempo, a gente tem que fazer também um exercício de colocar em prática aquelas ponderações que a gente encontra em uma situação e da situação atual, ou seja, durante 12, 13 anos, ninguém reclamou, porque sempre foi cobrada aquela taxa. Era possível administrar com aquele valor, agora, não é mais e agora só da iluminação pública nós teremos aí um prejuízo, um déficit mensal significativo durante os próximos 12 meses, durante os próximos meses pela frente. O que foi feito na época, infelizmente, não foi colocado o reajuste pela unidade fiscal do município. Infelizmente, foi colocada uma taxa fixa, por quê? Porque se chegou a um número, em discussão com a Copel de que aquilo seria o suficiente, e realmente foi. Foi, enquanto a economia estava sendo administrada com parcimônia, com responsabilidade; foi possível administrar com aquela cobrança. Hoje, bom é mais porque o país, infelizmente, está tentando fazer o seu ajuste fiscal em cima do contribuinte e aí, quem paga a conta é sempre o consumidor final. Era isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Sempre é difícil votar aumento de carga tributária, ou seja, a taxa. E entendo que às vezes é necessário. Agora o que não é necessário e que nós temos que rever nesta Casa e fazer uma cobrança ao Executivo: é esse tipo de pauta ficar para a última



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sessão do ano. Essa pauta podia ter vindo a 3, 4 meses atrás, pra que nós pudéssemos discutir; porque existem outras possibilidades, outras saídas, até fazer requerimento para entender um pouco melhor essa questão. Tanto é que, o meu colega do PSDB, que é do vice-prefeito vai votar contra, e ninguém mais interessado do que o vice-prefeito, e acatou as razões do Pedro. Agora, é necessário ter um tempo a mais pra esse debate; porque é um debate duro para essa Casa, duro para a população. (-Um aparte) Pois não. – Vereador – Vereador Cláudio Gaitero: Há 4, 5 meses atrás poderia ter sido mandado pra cá, porém na época a defasagem não era tão grande. Nós vemos que no mês de novembro, se não me engano, deu quase 900 mil reais de déficit. Então a coisa se agravou de 4, 5 meses para cá; por isso, então da necessidade do Executivo fazer esse alerta. Seria isso, obrigado! - Vereador Paulo Porto: Ok, porém, a falta de previsão do Executivo não pode ser argumento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Se referir ao vereador Pedro Martendal é a mesma coisa que se referir a mim, se eu apoio o governo, não tenho culpa se o meu Partido está apoiando o Governo Federal. E, ele também, ele tem se mostrado aqui um adversário, ele não é situação. Em qualquer circunstância aí...nós temos posições idênticas, porém, um a nível do Governo Federal e outro aqui, no Estado. O Pedro não é referência para dizer se ele vota a favor do vice-prefeito, não; porque, na verdade ele tem sido um opositor. – Vereador Paulo Porto: Deixar claro que é sempre difícil votar um aumento. Votarei favorável, mas com a condição de amanhã elaborarmos emendas, no sentido do voto favorável ou não. Agora, fica o meu desagravo, incômodo de que isso não é raro, essas pautas mais espinhosas para esta Casa e para o Executivo vir no apagar das luzes e na virada do ano. É um debate que podia ter sido muito rico, inclusive com agendas pública. Nós podíamos ter um debate longo, existem possibilidades em relação a isso, existem números que precisam ser cotejados e nós não teremos tempo nenhum para isso. E perguntas a serem feitas que nós vamos conseguir fazer de hoje pra manhã, então fica o meu desagravo ao Executivo, de que é um debate que podia ter sido mais longo e mais proveitoso. Até oportunizar as pessoas poderem entender isso, até porque tem momentos que tem que se aumentar, tenho clareza disso, tenho sido inclusive muito, muito, coerente com as coisas que eu defendo, sem nenhuma discussão oportunista desse mandato. Agora, fica a cobrança de ter um debate mais largo. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Luiz Frare, me surpreende o seu nervosismo e o seu desagrado com o meu posicionamento. O meu posicionamento tem sido igual desde o primeiro ano; e eu não voto em função do Partido e nem por ser base ou não base, o meu voto é em função da comunidade. E eu não sou oposição, muitos e muitos projetos que têm vindo do Executivo e os vereadores chamados e entendidos como oposição, votam contra eu tenho votado favorável. Todos os projetos que vem do Executivo e que são bons no meu entendimento, evidentemente, que eu tenho que respeitar a opinião dos demais, todos eles, independente do autor do projeto, eu voto os projetos pelo conteúdo. E todos aqueles projetos que o conteúdo é interessante para a comunidade eu estou favorável. E, eu, desculpe seu sorriso sarcástico, mas eu voto pelo conteúdo, lhe dou o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

direito do senhor discordar da minha posição, mas me ofende quando o senhor tem esse comportamento sarcástico. Fico chateado com isso, porque eu estou aqui com muita responsabilidade e todos os projetos eu voto pelo seu conteúdo e não por sua autoria e assim, continuarei votando, todos os projetos que vierem do Executivo e forem bons; eu votarei favorável. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Então encerrando, deixar claro que eu entendo que é legítima a demanda do Executivo. Não seria oportunista de falar outra coisa, porém, fica o incômodo deste debate vir no apagar das luzes de 2015. Obrigado. – Presidente: Em votação, o Projeto de lei nº 149/2015 que dispõe sobre o lançamento da cobrança da contribuição para custeio da iluminação pública dá outras providências. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Fernando Winter, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Celso Dal Molin, Aldonir Cabral, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Marcos Rios, Cláudio Gaitero, Professor Paulino, João Paulo de Lima e Nei Haveroth) (Foram contrários os vereadores: Jorge Menegatti, Pedro Martendal, Rui Capelão e Jorge Bocasanta) – Secretário: Com 14 votos favoráveis e 4 contrários, Projeto de lei aprovado. – Presidente: Com 14 votos favoráveis e 4 contrários, Projeto de lei nº 149/2015 aprovado em primeira votação. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. Temos as inscrições dos senhores vereadores: Cláudio Gaitero, Luiz Frare, Nei Haveroth e Professor Paulino. Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Abro mão da palavra. Sendo o que tinha, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e cinquenta e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

JORGE MENEGATTI

Secretário *ad hoc*